

ANALISTA EM SERVIÇO SOCIAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Já contei esta história tantas vezes e ninguém quis me acreditar. Vou agora contar tudo especialmente para a senhora que, se não pode ajudar, pelo menos não fica me atormentando como fazem os outros.”

Esse é o início de um conto de Lygia Fagundes Telles; sobre esse texto, é correto afirmar que:

- (A) a estrutura narrativa ainda não foi iniciada, estando seu começo preparado;
- (B) o narrador da história se coloca como de terceira pessoa, narrando uma história aparentemente inacreditável;
- (C) o narrador da história, como em outros momentos, conta com algum interlocutor;
- (D) o relato a ser feito a seguir faz parte certamente das narrativas de terror ou fantásticas;
- (E) o narrador se apresenta como simples observador dos fatos narrados.

2

Em muitas narrativas, ocorre a interferência do narrador. No texto “Vamos começar pelo nascimento do nosso herói!”, a interferência é corretamente identificada como:

- (A) uma interpelação direta ao leitor;
- (B) atualização da história pelo emprego do presente;
- (C) referência a algo já conhecido do leitor;
- (D) alusão a um fato já ocorrido anteriormente;
- (E) comentário sobre processos de narração.

3

Observe o seguinte trecho informativo, publicado na primeira página de um jornal carioca:

“O crime aconteceu na noite de domingo. Depois da tentativa de sedução, o sitiante brigou com a mulher. Sônia e Neusa apareceram no quarto e viram que ele tentava estrangulá-la. Pediram que largasse o pescoço da mãe e, como ele insistiu, pegaram barras de ferro e o mataram. As duas estão no presídio de Ribeirão Bonito”.

Esses pequenos textos de primeira página são apresentados de forma mais extensa e detalhada em alguma página interior do jornal.

A afirmativa correta sobre ele é:

- (A) os fatos narrados são dados aos leitores de forma resumida, omitindo-se informações importantes;
- (B) os personagens envolvidos no texto da notícia são claramente identificados no texto;
- (C) o último período do texto mostra a preocupação moral do jornal, indicando o castigo por crimes cometidos;
- (D) o crime relatado mostra detalhes sangrentos, num tipo de notícia considerada de profundo mau gosto;
- (E) o autor do texto mostra a vítima do assassinato como indefeso, denunciando a covardia do crime.

4

Certos textos provocam riso, tristeza, exaltação, emoções... Tais textos mostram um tom, isto é, características que provocam um estado afetivo particular.

Entre os pensamentos abaixo, aquele que mostra um tom irônico é:

- (A) Quando eu era pobre, chamavam-me louco; agora que sou rico, sou excêntrico;
- (B) Cuidado com os inimigos, pois são os primeiros a descobrir seus enganos;
- (C) Eu não sou rico. Eu sou um pobre homem com dinheiro, o que não é a mesma coisa;
- (D) Estranhos são apenas amigos que a gente ainda não conhece;
- (E) Um irmão é um amigo dado pela natureza.

5

Observe o seguinte texto:

“Entre as cordas do ringue, o pugilista é como o prisioneiro entre as paredes da cela: durante esse encarceramento ele sofre um castigo que lhe deixará marcas irreversíveis”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são o pugilista e o prisioneiro;
- (B) o pugilista representa o mundo real, enquanto o mundo figurado é representado pelo prisioneiro;
- (C) a função da comparação, nesse caso, é a de tornar concreta uma ideia abstrata;
- (D) o fator de comparação entre os elementos comparados é o pequeno espaço que ocupam;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é a conjunção *como*.

6

Todas as frases abaixo foram reescritas, com o deslocamento do vocábulo *só*; a opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- (A) Só as árvores balançam quando tem vento / As árvores só balançam quando tem vento;
- (B) A loteria só contemplou um cidadão de Tiradentes-MG / A loteria contemplou só um cidadão de Tiradentes-MG;
- (C) Um homem que só trabalha e não se diverte, leva uma vida infeliz / Um homem que trabalha só e não se diverte, leva uma vida infeliz;
- (D) Só um cliente deixou o guardanapo sobre a mesa / Um cliente deixou só o guardanapo sobre a mesa;
- (E) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.

7

Observe o seguinte segmento textual:

“Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu. Bom, tudo bem, vamos lá!

– Vamos lá, falou em voz alta.

Levantou-se e saiu da sala”.

Nesse segmento de texto, o trecho que exemplifica o discurso indireto livre, é:

- (A) Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro;
- (B) ...cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão;
- (C) Bom, tudo bem, vamos lá!
- (D) Vamos lá, falou em voz alta;
- (E) Levantou-se e saiu da sala.

8

Entre as opções abaixo, aquela que exemplifica o tipo de texto instrucional, é:

- (A) Separe os parafusos e coloque-os nos buracos das dobradiças;
- (B) Criar é matar a morte;
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo;
- (D) Os pequenos anúncios contêm toda a verdade que se pode encontrar num jornal;
- (E) Para saber falar é preciso saber escutar.

9

Todas as frases abaixo jogam com a ambiguidade intencional de algum vocábulo, tornando-as curiosas e interessantes.

A frase em que está ausente essa estratégia é:

- (A) Tantos anos o país se descuidou do meio ambiente que, agora, se quiser salvar alguma coisa, vai ter que tratar do ambiente inteiro;
- (B) De uma caverna nada se tira, a não ser fotos; nada se deixa, a não ser pegadas; e nada se mata, a não ser o tempo;
- (C) Todo bom percussionista não bate bem;
- (D) Um avião é lugar perfeito para fazer dieta;
- (E) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.

10

Observe o seguinte segmento textual:

“As folhas caindo lembram sempre lágrimas derramadas pelas grandes árvores tristes que choram em função do fim do ano, do fim das auroras de temperatura agradável e dos doces crepúsculos”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são as folhas e as lágrimas;
- (B) as folhas fazem parte do mundo figurado, enquanto o mundo real é representado pelas lágrimas;
- (C) o fator de comparação entre os elementos comparados é o movimento de queda;
- (D) a função da comparação, nesse caso, é a poética, ou seja, a criação de mundo paralelo esteticamente atraente;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é o verbo *lembrar*.

11

“A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.” (Horácio)

A forma de reescrever esse pensamento que se mostra INADEQUADA, é:

- (A) Quando não governada pela razão, a força bruta desmorona sob o próprio peso;
- (B) Desmorona sob o próprio peso a força bruta, quando não governada pela razão;
- (C) Quando a força bruta não é governada pela razão, desmorona sob o próprio peso;
- (D) Sob o próprio peso desmorona, quando não governada pela razão, a força bruta;
- (E) A força bruta, quando desmorona sob o próprio peso, não é governada pela razão.

12

Observe o seguinte pensamento de Heródoto, o pai da História: “Onde é necessária a astúcia, não há lugar para a força”.

Um outro pensamento que expressa o mesmo significado, é:

- (A) Onde a pele do leão não cobre é preciso costurar a da raposa;
- (B) Um príncipe deve tomar como exemplo a raposa e o leão, pois o leão não é capaz de se defender das armadilhas, assim como a raposa não sabe se defender dos lobos;
- (C) O uso da força tem apenas um efeito temporário. Pode subjugar por certo tempo, mas não remove a necessidade de subjugar novamente;
- (D) A violência não é força, mas fraqueza, nem poderá ser nunca criadora de coisa alguma, apenas destruidora;
- (E) A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.

13

A frase abaixo que NÃO contém termos desnecessários, por já estarem contidos em outros vocábulos, é:

- (A) Cada deputado, individualmente, tem direito a apresentar dois projetos por semestre;
- (B) Na reunião, os vereadores poderão ir acompanhados de suas esposas e filhos;
- (C) Há muitas notícias falsas sobre o acidente; os fatos reais, porém, são outros;
- (D) O planejamento antecipado para o ano próximo vai ser votado na semana que vem;
- (E) Um hemisfério corresponde a uma das duas metades iguais do planeta.

14

Ulpiano, um jurista latino do século II d. C., é autor do seguinte pensamento: “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”.

Outro modo de reescrever esse pensamento, com o deslocamento de seus termos, que altera o seu sentido original, é:

- (A) Viver honestamente é um dos preceitos do direito, assim como não ofender ninguém e dar a cada um o que lhe pertence;
- (B) Os preceitos do direito são tais: dar a cada um o que lhe pertence, não ofender ninguém e viver honestamente;
- (C) Os preceitos do direito são: a doação a cada um do que lhe pertence sem uma ofensa a ninguém, e uma vida honesta;
- (D) Viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence, tais são os preceitos do direito;
- (E) Os preceitos do direito são tais como uma vida honesta, a não ofensa a ninguém e a doação a cada um do que lhe pertence.

15

Um escritor russo disse o seguinte: “Dizem que não há justiça sobre a terra. Mas por acaso existe no céu?”

Nesse pequeno texto argumentativo, o argumento utilizado para rebater a primeira afirmação é falacioso, caracterizando-se como um(a):

- (A) falsa analogia;
- (B) fuga do assunto;
- (C) confusão causa/efeito;
- (D) argumento autoritário;
- (E) generalização excessiva.

16

O filósofo inglês Francis Bacon escreveu: “São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando nada veem além do mar”.

O erro desses descobridores era, portanto:

- (A) desconsiderarem opiniões alheias, diferentes das suas;
- (B) considerarem uma dúvida como certeza;
- (C) partirem de premissas insuficientes;
- (D) utilizarem o método dedutivo;
- (E) realizarem uma generalização exagerada.

17

Em todas as opções abaixo, o termo sublinhado foi substituído por um outro, formado com a ajuda de um afixo (prefixo ou sufixo); a opção em que a substituição está INADEQUADA, é:

- (A) No primeiro dia das férias, vou fazer uma análise de mim mesmo / autoanálise;
- (B) A vacina aplicada há pouco tempo deve trazer benefícios aos contaminados / recém-aplicada;
- (C) Monteiro Lobato está sendo lido de novo / renovado;
- (D) O ex-presidente da empresa tinha uma riqueza difícilmente imaginada / inimaginável;
- (E) As ações foram valorizadas acima do normal / supervalorizadas.

18

Observe o seguinte parágrafo:

“Tem-se discutido muito sobre as funções da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pela posse e uso da linguagem, falando mentalmente ao próximo ou a nós mesmos, que conseguiremos organizar nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido”.

Considerando o primeiro período como tópico frasal, o seu tipo de desenvolvimento é identificado como:

- (A) contraste;
- (B) explicitação;
- (C) enumeração;
- (D) localização temporal / espacial;
- (E) relação causa / efeito.

19

A forma da oração reduzida abaixo que foi adequadamente substituída por uma oração desenvolvida, de mesmo sentido, é:

- (A) Foi necessário vacinarem-se as pessoas no momento adequado / Foi necessário que as pessoas se vacinassem no momento adequado;
- (B) Chegando ao trabalho, mandarei as cartas / Na chegada ao trabalho, mandarei as cartas;
- (C) O chefe pediu para chegarmos sem atraso / O chefe pediu que cheguemos sem atraso;
- (D) Era natural os alunos preferirem sair antes da hora / Era natural a preferência dos alunos por saírem antes da hora;
- (E) Saíram todos da sala para poderem fotografá-la / Saíram todos da sala para uma possível fotografia.

20

Se reescrevermos as frases abaixo, eliminando a palavra *porque*, a forma INADEQUADA dessa reescritura, será:

- (A) O jogador foi expulso porque assim decidiram os juízes / por decisão dos juízes;
- (B) Entreguei-lhe a encomenda porque confiava nele / em confiança;
- (C) Causou um acidente porque a estrada molhada fez derraparem os pneus / por derrapagem dos pneus na estrada molhada;
- (D) Não fez a redação porque o tema era muito complexo / pela complexão do tema;
- (E) O juiz sentou-se longe dos demais passageiros, porque temia a reação do público / por medo da reação do público.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

21

Seja A uma matriz 4 x 4 cujo determinante é igual a 2.

O determinante da matriz 3A é igual a:

- (A) 6;
- (B) 12;
- (C) 24;
- (D) 64;
- (E) 162.

22

Uma das raízes do polinômio $P(x) = x^3 + 2x^2 - 5x + m$ é 2.

O produto das outras duas raízes desse polinômio é:

- (A) 3;
- (B) -3;
- (C) 6;
- (D) -6;
- (E) -4.

23

Dois urnas A e B têm, cada uma, 9 bolas numeradas.

Na urna A há 4 bolas com números ímpares e 5 bolas com números pares. Na urna B há 5 bolas com números ímpares e 4 bolas com números pares.

Retira-se, aleatoriamente, uma bola de cada urna.

A probabilidade de que o produto dos números das bolas retiradas seja par é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{4}{9}$;
- (C) $\frac{5}{9}$;
- (D) $\frac{20}{81}$;
- (E) $\frac{61}{81}$.

24

O número de anagramas da palavra ASSADO que não têm as 2 letras S juntas é:

OBS.: Anagramas de uma palavra são as permutações das letras dessa palavra.

- (A) 720;
- (B) 360;
- (C) 120;
- (D) 84;
- (E) 72.

25

Dadas as matrizes $A = \begin{bmatrix} -1 & 0 \\ 2 & 3 \end{bmatrix}$ e $B = \begin{bmatrix} 2 & -1 \\ 1 & 2 \end{bmatrix}$, a soma dos elementos da matriz $AB - BA$ é:

- (A) 0;
- (B) 2;
- (C) 4;
- (D) 6;
- (E) 8.

26

Em um retângulo, a base é o triplo da altura e x é o menor ângulo formado por suas diagonais.

O valor de $\sin(x) + \cos(x)$ é:

Obs: É dada a fórmula $\sin(2\theta) = 2 \cdot \sin(\theta) \cdot \cos(\theta)$

- (A) 1,2;
- (B) 1,4;
- (C) 1,5;
- (D) 1,6;
- (E) 1,8.

27

No sistema

$$\begin{cases} 3a + b + c + d = 16 \\ a + 3b + c + d = 6 \\ a + b + 3c + d = 14 \\ a + b + c + 3d = 12 \end{cases}$$

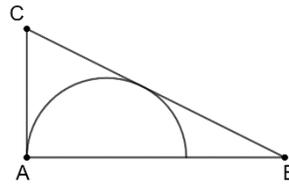
o valor de a é:

- (A) -1;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

28

A figura a seguir mostra o triângulo retângulo ABC, com catetos de medidas $AB = 4$ e $AC = 2$.

Uma semicircunferência tem centro sobre o lado AB e é tangente a BC.



O raio dessa semicircunferência mede:

- (A) $\sqrt{2}$;
- (B) $\frac{\sqrt{3}+1}{2}$;
- (C) $\frac{2\sqrt{3}}{3}$;
- (D) $\frac{\sqrt{5}}{2}$;
- (E) $\sqrt{5} - 1$.

Conhecimentos Jurídicos

29

Márcio, prefeito do Município Gama, praticou ato administrativo consistente na remoção do servidor público estável João, do Departamento X para o Departamento Y, e apresentou expressamente como motivação do ato o fato de que no Departamento Y só havia dois servidores na área de apoio administrativo. Inconformado, João ajuizou ação judicial, pleiteando o retorno à sua lotação no Departamento X, haja vista que comprovou inequivocamente que no Departamento Y estavam lotados oito servidores da área de apoio administrativo. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a pretensão de João:

- (A) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato discricionário, portanto cabe ao gestor verificar a oportunidade e a conveniência em sua prática;
- (B) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato vinculado, de maneira que não cabe ao Judiciário se imiscuir no mérito administrativo;
- (C) merece prosperar, diante da teoria dos motivos determinantes, já que os motivos expostos por Márcio não correspondem à realidade fática;
- (D) merece prosperar, diante da teoria da intranscendência subjetiva das sanções, uma vez que o servidor não pode ser penalizado por erro do gestor;
- (E) não merece prosperar, pois não restaram violados princípios da administração pública, e se presume legítima a decisão do prefeito Márcio.

30

João, novo procurador-geral de Justiça do Ministério Público de determinado Estado que acabou de tomar posse, com o objetivo de reduzir gastos públicos e atender ao princípio da eficiência, anunciou que irá reunir dois órgãos distintos, o órgão Alfa e o órgão Beta, no âmbito daquele Ministério Público, que serão agrupados em um só novo órgão público chamado órgão Alfa Beta, ocasionando economia de pessoal, de material e de gastos com energia elétrica.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se do fenômeno administrativo da:

- (A) descentralização;
- (B) outorga;
- (C) centralização;
- (D) avocação;
- (E) concentração.

31

A Nova Lei de Licitações estabelece que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Nesse contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, é hipótese de dispensa de licitação quando o Estado Alfa realiza:

- (A) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (B) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- (C) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, observados os requisitos legais;
- (D) celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;
- (E) contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, na forma da lei.

32

João, analista de Dados e Pesquisa do Ministério Público do Estado Alfa, em maio de 2022, dolosamente, no exercício da função, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições, pois está lotado em órgão de inteligência do *parquet*, e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada e até colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

De acordo com a tipologia da Lei de Improbidade Administrativa em sua atual redação, no caso em tela, João, em tese:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito;
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da ausência de previsão legal, desde a redação originária da lei de improbidade;
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da revogação do dispositivo que previa o ato narrado como ato de improbidade.

33

Maria, cidadã moradora do Município Alfa, constatou que uma área de preservação ambiental estava sendo diariamente desmatada, de modo que ela pudesse ceder lugar a pastagens para a criação de bovinos.

Irresignada com essa situação, procurou um advogado e solicitou esclarecimentos a respeito da medida que poderia adotar, sendo respondido, corretamente, que ela:

- (A) pode ajuizar uma ação popular visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (B) pode ajuizar ação popular ou ação civil pública visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (C) apenas pode exercer o direito de petição, peticionando aos poderes públicos para que identifiquem e multem os responsáveis pelo desmatamento;
- (D) apenas pode exercer o direito de petição, para a adoção de medidas administrativas ou representar ao Ministério Público ou a outro legitimado para o ajuizamento de ação civil pública;
- (E) pode impetrar mandado de segurança para que os responsáveis pelo desmatamento observem o seu direito líquido e certo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

34

Após ampla mobilização das lideranças partidárias, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei ordinária disciplinando, no âmbito nacional, a data da posse do prefeito e do vice-prefeito, o limite máximo de vereadores nas Câmaras Municipais e os critérios para a fixação dos subsídios dos vereadores. O projeto veio a ser sancionado pelo chefe do Poder Executivo, dando origem à Lei federal nº XX.

Apesar do apoio partidário, a Lei federal nº XX gerou grande insatisfação junto aos Municípios. Por tal razão, foram solicitadas manifestações de diversos especialistas da área, os quais concluíram, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) constitucional, pois a União tem competência concorrente para legislar sobre a matéria e a Lei federal nº XX apenas dispôs sobre normas gerais;
- (B) inconstitucional, pois, apesar de a União ter competência para legislar sobre a matéria, isso deveria ser feito por meio de lei complementar;
- (C) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na Constituição de cada Estado, observados os balizamentos constitucionais;
- (D) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na lei orgânica de cada Município, observados os balizamentos constitucionais;
- (E) constitucional, pois a União tem competência privativa para legislar sobre a matéria, podendo discipliná-la por meio de lei complementar.

35

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado Alfa solicitou que sua assessoria realizasse estudos a respeito da possibilidade de ser fixado, no âmbito do respectivo Estado, um limite remuneratório único para os agentes públicos. Esse limite somente não se aplicaria àqueles agentes que, na sistemática constitucional, tenham como limite remuneratório o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A assessoria respondeu, corretamente, que a ordem constitucional:

- (A) já estabelece limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (B) veda expressamente a fixação de limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (C) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, o que deve ser veiculado em lei complementar;
- (D) autoriza a fixação do subsídio de desembargador como limite remuneratório único, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual, excepcionados os parlamentares;
- (E) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, para todas as estruturas estatais de poder, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual.

36

Promotoria de Tutela Coletiva com atribuição na defesa do consumidor investigou, por meio de procedimento próprio, determinado supermercado e concluiu que, de fato, estava praticando a chamada “venda casada”. Veja-se que o Código de Defesa do Consumidor prevê o seguinte: “Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos”.

Dessa forma, finda a investigação, verificada a ilegalidade, deve a Promotoria, na defesa dos consumidores, ajuizar:

- (A) mandado de segurança coletivo;
- (B) mandado de segurança individual;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

37

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a colocação em família substituta far-se-á mediante determinados institutos, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos daquela Lei.

Como exemplo desses institutos, a Lei nº 8.069/1990 destaca a:

- (A) curatela, que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;
- (B) curatela, que é exercida pelo curador nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, que deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato;
- (C) adoção, que atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, exceto sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais;
- (D) adoção, que é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
- (E) tutela, que será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 anos incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

38

A Lei Maria da Penha estabelece que o Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com a citada lei, caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

- (A) requisitar força policial;
- (B) cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- (C) requisitar serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;
- (D) fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- (E) aplicar, diretamente e de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

39

João, servidor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em razão de suas funções, foi incumbido de analisar se seria necessária, ou não, a prévia deliberação de um órgão da Administração Superior do Ministério Público para que seja ajuizada ação civil de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

Após ampla pesquisa, João concluiu, corretamente, que o ajuizamento da referida ação:

- (A) depende de prévia deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça, sendo ajuizada pelo procurador-geral de Justiça;
- (B) depende de prévia deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, sendo ajuizada pelo procurador-geral de Justiça;
- (C) depende de prévia deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, sendo ajuizada pelo procurador-geral de Justiça;
- (D) independe de prévia deliberação de um órgão da Administração Superior, podendo ser diretamente ajuizada pelo procurador-geral de Justiça;
- (E) depende de prévia deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, sendo que o procurador-geral de Justiça e o corregedor-geral têm atribuição concorrente para ajuizá-la.

40

Joana almeja identificar se há alguma correlação entre os cargos de provimento efetivo de um lado e, do outro, a nomeação para o exercício de cargos de provimento em comissão de natureza administrativa e de funções gratificadas no âmbito dos serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Ao final, após analisar as normas aplicáveis ao caso, concluiu, corretamente, que:

- (A) funções gratificadas e cargos de provimento em comissão de natureza administrativa somente podem ser atribuídos a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (B) funções gratificadas e cargos de provimento em comissão de natureza administrativa podem ser livremente preenchidos, não havendo qualquer correlação entre as respectivas nomeações e os cargos de provimento efetivo;
- (C) funções gratificadas somente podem ser atribuídas a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, enquanto o mínimo de 70% dos cargos de provimento em comissão de natureza administrativa devem ser atribuídos aos referidos servidores;
- (D) no mínimo 50% dos cargos de provimento em comissão de natureza administrativa devem ser atribuídos a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, enquanto funções gratificadas devem ser atribuídas aos referidos servidores no percentual mínimo de 30%;
- (E) no mínimo 70% dos cargos de provimento em comissão de natureza administrativa devem ser atribuídos a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, enquanto funções gratificadas devem ser atribuídas aos referidos servidores no percentual mínimo de 30%.

Conhecimentos Específicos

41

No contexto socioestrutural do Brasil nos últimos anos, a retirada de direitos e políticas duramente conquistados pela classe trabalhadora provocou alterações e impactos nos espaços institucionais privilegiados em que operam os assistentes sociais, que são os(as):

- (A) sistemas públicos de proteção social;
- (B) fábricas e conglomerados industriais;
- (C) sindicatos e organizações de trabalhadores;
- (D) organizações não governamentais;
- (E) equipamentos vinculados ao Terceiro Setor.

42

Na análise de Iamamoto (2012), “A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, introduz um conjunto de novas mediações que não podem ser desconsideradas da análise do trabalho profissional (...)”, posto que representam um determinante para o(a):

- (A) enraizamento do Projeto Ético-Político;
- (B) execução de políticas sociais;
- (C) efetivação da autonomia profissional;
- (D) desenvolvimento dos fundamentos profissionais;
- (E) reconhecimento das atribuições privativas.

43

Pensar nas expressões da “questão social” relacionando-as às instituições sociojurídicas é saber que nesses espaços elas aparecem de diversas formas.

Sobre essas formas, analise os itens a seguir.

- I. o crescente encarceramento de adolescentes;
- II. o perfil social, etário e racial da população carcerária;
- III. a saúde de policiais.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

44

O Brasil sofre o impacto das transformações ocorridas na ordem socioeconômica mundial nos últimos anos de maneira significativa, dada a sua inserção no capitalismo mundial.

Esse contexto impõe mudanças regressivas nas políticas sociais universais, o que altera as condições e relações em que se realiza o trabalho do assistente social, posto que essas mudanças:

- (A) incentivam a participação dos usuários dos serviços prestados pelo profissional a partir da colocação de suas demandas;
- (B) materializam-se a partir do atendimento das necessidades dos usuários que demandam os serviços do assistente social;
- (C) obrigam o assistente social a uma técnica cada vez mais qualificada para determinar critérios sociais para elegibilidade na distribuição dos recursos;
- (D) estabelecem novas formas de gerência e administração de políticas que devem ser implementadas no cotidiano profissional pelos assistentes sociais;
- (E) articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados.

45

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho profissional considera a profissão de Serviço Social como um(a):

- (A) demanda do Estado sob o capitalismo monopolista;
- (B) especialização do trabalho coletivo;
- (C) avanço da Assistência Social;
- (D) gerenciamento das políticas sociais;
- (E) desenvolvimento das formas de caridade da Igreja católica.

46

A atual ofensiva neoliberal e de supressão de direitos apresenta tendências que fragilizam o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Uma delas, segundo Boschetti (2015), diz respeito ao metodologismo, ou seja, à:

- (A) busca de uma metodologia própria para a profissão;
- (B) prática burocratizada;
- (C) recusa em aplicar a metodologia de outras profissões;
- (D) desconsideração da demanda dos usuários;
- (E) priorização da técnica.

47

Nos últimos anos, a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no trabalho do assistente social vem sendo exponenciada. A eclosão da pandemia da Covid-19 impulsionou enormemente o trabalho remoto do assistente social.

Para Iamamoto (2021), as TIC no cotidiano do assistente social proporcionam o(a):

- (A) trabalho técnico criativo;
- (B) pragmatismo;
- (C) protagonismo dos usuários;
- (D) mobilização e organização dos trabalhadores;
- (E) educação popular.

48

O trabalho interdisciplinar é de extrema importância para o Serviço Social em suas diversas áreas de atuação. Quanto à relação do assistente social numa equipe interprofissional, analise as afirmativas a seguir.

I. O assistente social é impelido a trabalhar estritamente dentro de suas atribuições e competências, a fim de delimitar a ação profissional.

II. As diferenças de especializações permitem atribuir unidade à equipe, a partir de ângulos particulares de observação ao interpretar os mesmos processos sociais.

III. O desenvolvimento de ações coordenadas cria uma identidade entre os participantes da equipe, diluindo as particularidades profissionais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

49

Os últimos trinta anos no Brasil introduzem o neoliberalismo na política econômica. Para o Serviço Social, uma das consequências reside no fato de que a maioria das situações atendidas pelos assistentes sociais são aquelas que demandam ações socioassistenciais.

A relação do assistente social com os usuários de seus serviços na área da Saúde, respaldada no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético-Político, deve:

- (A) priorizar a definição de critérios de elegibilidade para a concessão de benefícios;
- (B) buscar a resolução de problemas entre usuários e a instituição;
- (C) organizar uma rotina de visitas domiciliares para atestar a pobreza;
- (D) estabelecer prioridades de ações e estratégias a partir da vida dos usuários;
- (E) realizar o levantamento e a análise das demandas espontâneas.

50

Na política de Assistência Social, o trabalho multidisciplinar do assistente social deve ser orientado por uma perspectiva:

- (A) totalizante;
- (B) resolutive;
- (C) sistêmica;
- (D) focalizada;
- (E) técnica.

51

A financeirização do capital aliada às medidas de supressão de direitos provocou um quadro de radicalização da “questão social” e de despreteção social. No Brasil, uma dessas medidas se expressa no deslocamento da noção de seguridade social para a de seguro social (Iamamoto, 2007).

Assim, a lógica que passa a presidir a política social é a do(a):

- (A) privatização seletiva dos serviços sociais;
- (B) universalização de programas segmentados;
- (C) equidade e justiça social;
- (D) respeito e atendimento às demandas emergenciais;
- (E) gerencialismo.

52

A matriz teórico-metodológica hoje hegemônica no Serviço Social, tendo como uma de suas referências a obra de Marilda Iamamoto, afirma que a criação das bases históricas da demanda profissional do assistente social se dá:

- (A) a partir do momento em que o capitalismo monopolista exige que as formas tradicionais de caridade evoluam;
- (B) no período em que a classe operária demanda um profissional para atender às suas reivindicações;
- (C) quando o Estado passa a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade;
- (D) parametrada pela benemerência da Ação Católica ligada ao empresariado;
- (E) determinada pelo tecnicismo do funcionalismo norte-americano parsoniano.

53

De acordo com Barroco (2005), dentre os fundamentos do Código de Ética Profissional, a dimensão prático-operativa tem como eixo central:

- (A) o desenvolvimento de práticas coletivas que estabeleçam a mediação entre a instituição e seus usuários;
- (B) a emancipação humana a partir da construção de uma sociedade socialista;
- (C) a participação em manifestações de defesa dos direitos da categoria e dos interesses da classe trabalhadora;
- (D) exercer sua autoridade de forma a delimitar o direito de participação e decisão dos usuários;
- (E) a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social.

54

A assistente social Beatriz está tomando posse no seu primeiro emprego – uma organização não governamental. Foi-lhe destinada uma sala para atendimento contígua àquela destinada ao trabalho dos administradores da instituição, separada somente por uma divisória de fórmica, que não chega até o teto. Dessa maneira, todo o atendimento realizado por Beatriz pode ser ouvido pelos funcionários administrativos.

De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, Beatriz deve, inicialmente:

- (A) informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação;
- (B) certificar-se de que os usuários estão realmente sendo prejudicados em seu direito ao sigilo, pois poderá ser demitida se fizer uma denúncia falsa;
- (C) informar por escrito a instituição sobre as inadequações por ela constatadas, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados;
- (D) fazer uma denúncia à Cofi nacional, pois, nessa instância, a sua identidade será resguardada da instituição empregadora;
- (E) apelar ao Conselho Pleno do CRESS, que decidirá sobre a adoção de medidas cabíveis, objetivando a adequação das condições éticas, técnicas e físicas.

55

Pedro trabalha como assistente social em uma entidade filantrópica estrangeira há mais de vinte anos. Recentemente, tomou conhecimento de que essa instituição encerrará seus trabalhos no Brasil.

Tendo em vista a Resolução CFESS nº 556/2009, Pedro deverá:

- (A) lacrar somente o material sigiloso e entregá-lo no CRESS de sua região;
- (B) providenciar o envio de todo o material técnico para a filial da instituição no exterior;
- (C) fazer a relação de todo o material existente e remetê-lo ao CRESS para que este providencie a sua guarda;
- (D) incinerar todo o material produzido, procedendo à imediata comunicação, por escrito, ao CRESS;
- (E) informar ao CRESS e guardar o material consigo até que o CRESS decida o que fazer com ele.

56

Estevão, assistente social, planejou e executou uma pesquisa com a finalidade de contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

Essa atividade consubstancia-se em:

- (A) rotina profissional;
- (B) competência do assistente social;
- (C) obrigação, se no serviço público;
- (D) atribuição privativa;
- (E) prerrogativa institucional.

57

De acordo com Miotto (2002), a perícia social possui, em seu eixo de sustentação, quatro elementos.

São eles:

- (A) criatividade, crítica fundamentada, compromisso com os usuários e laudo técnico;
- (B) teoria social, metodologia do Serviço Social, práxis e direção política;
- (C) entrevista em profundidade, visita domiciliar, relatório circunstanciado e parecer técnico;
- (D) competência técnica, competência teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético;
- (E) estudo social, grupo focal, estudo de caso e laudo técnico.

58

O chefe da assistente social Camila informa-lhe que, doravante, os seus atendimentos na instituição deverão ser realizados com base no novo Manual de Procedimentos para Atendimentos Sociais.

Esse dispositivo evidencia uma tendência observada nas ações profissionais dos assistentes sociais, que é:

- (A) a padronização de procedimentos a fim de otimizar e equalizar os encaminhamentos;
- (B) organizar as demandas para que possa haver a sistematização da prática profissional;
- (C) a tecnificação da rotina e do cotidiano do serviço, o que demonstra a superioridade da prática;
- (D) garantir uma postura científica na atuação cotidiana do profissional;
- (E) o enquadramento institucional das demandas, em detrimento daquelas voltadas para a participação da população.

59

Priscila está assumindo a coordenação do Setor de Serviço Social Sociojurídico. Entretanto, sua experiência nessa área é bastante restrita como ela pretende capacitar toda a equipe para construir um projeto de prática profissional de qualidade e socialmente referenciado, solicita a ajuda de um especialista para assisti-los teórica e tecnicamente.

Esse profissional é um:

- (A) assessor;
- (B) assistente;
- (C) supervisor;
- (D) consultor;
- (E) gestor.

60

Paola está construindo um projeto de pesquisa, mas encontra dificuldade em delimitar o seu objeto. Sua orientadora explica-lhe que a identificação do objeto da pesquisa é fundamental para o desenvolvimento de uma pesquisa.

Na construção do objeto da pesquisa, tem papel fundamental o(a):

- (A) empiria;
- (B) revisão de literatura;
- (C) teoria;
- (D) prática profissional;
- (E) estado da arte.

61

Ao analisar o trabalho do assistente social no campo sociojurídico, o CFESS (2014) afirma que “Cabe aos/às assistentes sociais, detentores de um poder profissional conferido pelo saber teórico-prático, questionar a axiologia da lei, sua relação de classe e mais, os complexos que a determinam, que remetem o/a profissional a armadilhas singulares”.

Nesse contexto, de acordo com Borgiani, o papel do assistente social é:

- (A) garantir direitos aos apenados;
- (B) criar conhecimentos desalienantes sobre a realidade;
- (C) aplicar a lei;
- (D) contribuir para a ressocialização dos detentos;
- (E) mediar a relação da instituição com familiares.

62

Ao assumir o trabalho como assistente social do campo sociojurídico, Amanda descobriu que a sua maior demanda seria manifestar-se profissionalmente por meio do “instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar” (Miotto, 2001).

Esse instrumento é o(a):

- (A) grupo focal;
- (B) prontuário social;
- (C) escuta individualizada;
- (D) estudo social;
- (E) entrevista em profundidade.

63

Em levantamento realizado pelo conjunto CFESS-CRESS (2014), ficou evidenciado, entre outras, as seguintes atribuições para o assistente social no campo sociojurídico:

- I. acompanhamento de crianças acolhidas;
- II. avaliação social;
- III. atuação junto à promotoria/defensoria pública, mediante pedido judicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

64

Para Fávero (2018), “Diante das expressões concretas de barbárie social que se manifestam no dia a dia sob variadas faces, não é possível ao assistente social dar conta isoladamente de enfrentá-las – o que exige, entre outros, a ação política e profissional coletiva”.

Entretanto, no cotidiano, cabe ao profissional:

- (A) reconhecer as demandas institucionais;
- (B) atender a população usuária com respeito e dignidade, dentro de critérios institucionais estabelecidos;
- (C) manter o compromisso com a formação mediante oferta de estágio;
- (D) participar de organizações profissionais que visem os direitos humanos;
- (E) assumir a dimensão investigativa da profissão.

65

No âmbito do campo sociojurídico, observa-se, nos últimos anos, uma tendência de encaminhar ao Poder Judiciário os casos que poderiam ou deveriam ser atendidos na esfera política e/ou na das políticas sociais.

Essa tendência ocorre em virtude dos fenômenos do(a):

- (A) judicialização dos conflitos sociais e justiciabilidade dos direitos sociais;
- (B) punitivismo do ato infracional e sua reparação;
- (C) agudização da questão social e redução da universalização da pobreza;
- (D) Estado penal e judicialização dos direitos sociais;
- (E) aumento da proteção social e radicalização da democracia.

66

Rodrigo foi incumbido da confecção de um projeto de pesquisa cuja centralidade é efetuar um estudo socioeconômico de um determinado território.

Considerando que uma parte importante da pesquisa será efetuada com base em situações vividas ou relatos verbais, ele fará uso de algumas técnicas, como:

- (A) história oral e fontes primárias;
- (B) entrevista estruturada e fotografias;
- (C) oficinas temáticas e estatísticas oficiais;
- (D) questionário e observação sistemática;
- (E) dinâmicas de grupo e análise documental.

67

Janine pretende promover uma pesquisa para analisar os fatores que estão relacionados à exponenciação de processos motivados por demissões injustificadas.

Para a realização da pesquisa, Janine deverá inicialmente fazer o seu planejamento, que consiste em:

- (A) apresentar justificativa, metodologia e cronograma para execução de atividades;
- (B) um levantamento prévio da situação a ser estudada, com dados que comprovem a necessidade da pesquisa;
- (C) estabelecer metas, com apresentação de etapas e planilha detalhada do orçamento;
- (D) um documento no qual constem título e tema, problema, objetivos, metodologia, resultados esperados, cronograma e orçamento;
- (E) um processo de reflexão e tomada de decisão acerca do seu objeto, objetivos e procedimentos a serem adotados para realização da pesquisa.

68

A necessidade da intervenção profissional do Serviço Social no campo sociojurídico é inquestionável. O trabalho do assistente social tem sido reafirmado na atuação tanto junto a adolescentes em conflito com a lei e alvos de medidas socioeducativas, quanto junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em ambas as situações, os assistentes sociais são requisitados para:

- (A) garantir direitos humanos aos usuários;
- (B) construir políticas sociais para minorar as sequelas da questão social;
- (C) dar visibilidade às vulnerabilidades sociais provocadas pela pobreza;
- (D) colaborar na reconstrução das raízes sociais da infância e juventude;
- (E) promover a justiça social.

69

Para Netto (2006), o Projeto Ético-Político do Serviço Social, em seus princípios e valores fundamentais, colide frontalmente com o projeto societário vigente, o que lhe imprime limites cujas linhas mais evidentes se expressam nas:

- (A) requisições que a realidade apresenta cotidianamente;
- (B) condições institucionais do mercado de trabalho;
- (C) unidades de formação de assistentes sociais;
- (D) demandas colocadas pela população usuária;
- (E) bases de sustentação teórica utilizadas pelos profissionais.

70

Roberta, uma mulher de 29 anos, sofreu diversas agressões físicas e psicológicas por parte de seu marido ao longo de cinco anos de casada, o que já acarretou inclusive sua internação hospitalar.

Atendida pelo Serviço Social, encontra-se acompanhada pelo Serviço de Acolhimento Institucional, cujas principais características são:

- (A) alojamento provisório em local não revelado, com a identidade da usuária mantida em sigilo e oferecimento de atendimento jurídico e psicológico;
- (B) atendimento médico, social e psicológico em hospital-dia, com oferecimento de refeições;
- (C) mediação da situação apresentada, sendo o agressor chamado pela equipe profissional da instituição para oitiva e advertência por escrito;
- (D) proteção policial permanente da usuária, que deve permanecer na sua residência;
- (E) abrigo em equipamento próprio durante a noite, sendo oferecidos à usuária jantar, local para dormir e café da manhã, bem como atendimento psicológico.

71

O Ministério Público recebeu a denúncia de vizinhos de uma idosa que estaria sofrendo maus-tratos praticados por seu sobrinho. A assistente social Vanda foi incumbida de avaliar o caso. Vanda construiu um plano de intervenção, que tem como primeira ação um processo metodológico que possibilitaria clarificar a situação, considerando o caso na particularidade de seu contexto sociocultural e de relações sociais, objetivando complementar dados, observar relações sociais em sua singularidade, no ambiente de convivência da idosa.

Com base na descrição do processo investigativo utilizado, a assistente social utilizará o(a):

- (A) entrevista guiada;
- (B) visita domiciliar;
- (C) inquérito *in loco*;
- (D) relatório de observação;
- (E) vistoria técnica.

72

No Sistema Único de Saúde, as ações de proteção compreendem:

- (A) controle social;
- (B) vigilância epidemiológica;
- (C) capacitação continuada das equipes;
- (D) serviços de reabilitação;
- (E) diagnóstico precoce.

73

A centralidade na constituição dos sistemas de seguridade social, segundo Mota (2006), deve-se:

- (A) à pressão dos usuários em conjunto com os profissionais;
- (B) à nova morfologia dos movimentos sociais;
- (C) à universalização neoliberal dos direitos sociais;
- (D) ao trabalho, suas condições e relações;
- (E) ao reconhecimento das demandas sociais pelo Estado.

74

Um dos maiores avanços da Constituição da República de 1988 no âmbito da proteção social foi a instituição da Seguridade Social, posto que expande a ideia da ampliação dos direitos sociais para toda a população do país.

É significativo nessa concepção o(a):

- (A) protagonismo do Terceiro Setor;
- (B) participação social de novos sujeitos sociais;
- (C) financiamento da educação em saúde;
- (D) centralização das ações em cada uma das esferas;
- (E) concepção atuarial da Previdência Social.

75

Os Conselhos se constituem como um dos espaços privilegiados para a viabilização do controle social no Sistema Único de Assistência Social.

Dentre suas principais atribuições, está:

- (A) garantir o acesso às políticas de assistência social;
- (B) analisar o contexto da assistência social no país;
- (C) estabelecer parcerias público-privadas;
- (D) fiscalizar os serviços de assistência social;
- (E) determinar diretrizes para a política de assistência social.

76

A Seguridade Social no Brasil é instituída pela Constituição da República de 1988.

A partir dos anos 1990, a Seguridade Social começa a ser frontalmente atacada pelas políticas de corte neoliberal e suas reformas. Dentre suas principais tendências, encontra-se:

- (A) expansão das políticas de empregabilidade;
- (B) gestão dos equipamentos sociais de acordo com a necessidade dos usuários;
- (C) emergência do voluntariado e das empresas socialmente responsáveis;
- (D) administração racional e criteriosa dos recursos sociais;
- (E) democratização das informações e dos serviços.

77

O artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é categórico ao afirmar que "A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar". Entretanto, a extrema desigualdade do país e o agravamento das situações de miséria têm produzido um aumento crescente de denúncias de negligência e abandono contra famílias pobres.

É o caso de Jurema e de seus três filhos pequenos que, expulsos pela milícia do morro onde moravam, foram se abrigar debaixo de uma marquise até que agentes da Assistência Social levaram as crianças para um abrigo, e, ato contínuo, foi instaurado processo por negligência e abandono de incapaz, adensando os contornos de um fenômeno caracterizado como:

- (A) cultura da institucionalização;
- (B) preconceito contra a pobreza;
- (C) naturalização da violência e do abandono de crianças e adolescentes;
- (D) banalização da destituição do poder familiar;
- (E) negacionismo e invisibilidade dos pobres.

78

Depois que Antônio perdeu a esposa num acidente de carro, caiu em profunda depressão, tornando-se incapaz de cuidar dos filhos de 2 e 3 anos, os quais, nos primeiros meses, ficaram sob a responsabilidade da tia materna na expectativa de que o pai se recuperasse o quanto antes. Mas Antônio não dava sinal de melhora, e a tia já não tinha mais condições materiais e de saúde para seguir cuidando dos sobrinhos, situação inclusive constatada pelo Conselho Tutelar. Por essa razão, tomados por grande sofrimento, o pai e a tia, na ausência de outro parente que pudesse assumir a tarefa, decidiram entregar as crianças em adoção, procedendo às formalizações de praxe junto ao juiz da Vara da Infância e Juventude. Dois anos depois, entretanto, Antônio se recupera, retoma sua profissão e decide reassumir a criação dos filhos, consciente das dificuldades que iria enfrentar. Uma vez que as crianças já estavam sob a guarda de uma família, cumprindo estágio de convivência em processo de adoção, as chances de Antônio são:

- (A) nulas, já que a adoção é medida irrevogável;
- (B) nulas, já que o pressuposto de um processo de adoção é a destituição do poder familiar dos pais biológicos, medida irrevogável;
- (C) plausíveis, já que a família biológica tem precedência sobre a família acolhedora;
- (D) nulas, uma vez que o critério prevalecente são os vínculos afetivos e emocionais já constituídos entre os adotantes e os adotandos;
- (E) plausíveis, uma vez que a irrevogabilidade da adoção só se instaura mediante sentença transitada em julgado.

79

Helena e Carmem, que vivem há seis anos em regime de união estável, decidiram recorrer à Vara da Infância e Juventude a fim de se habilitarem para a adoção de uma criança. Depois de participarem das atividades do programa de habilitação, inclusive das entrevistas com psicólogo e assistente social, o casal foi informado do indeferimento do pedido, sob a alegação de que não há previsão legal para adoção de crianças por casal homoafetivo.

Em resposta ao recurso impetrado por Helena e Carmem, a assistente social do Ministério Público deve:

- (A) opinar pela manutenção da decisão da Vara da Infância e Juventude, corroborando integralmente seus argumentos;
- (B) manter a decisão da Vara, ressaltando a defesa do interesse superior da criança, da família e da Lei;
- (C) opinar pelo deferimento do pedido, já que casais homoafetivos em regime de união estável detêm os mesmos direitos de casais heterossexuais;
- (D) opinar pela modificação da decisão da Vara, desde que as requerentes repitam as etapas do programa de habilitação para adoção;
- (E) revogar o indeferimento do pedido de inserção no cadastro de adotantes, tendo em vista a necessidade de colocação em família substituta de inúmeras crianças.

80

Uma entidade de abrigo, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pelo acolhimento de cinquenta crianças de 5 a 12 anos, foi denunciada por algumas mães, que diziam estar sendo impedidas de visitar os filhos.

A assistente social responsável pelo estudo social do caso observou preliminarmente que essa queixa era apenas das mães que circunstancialmente estavam vivendo nas ruas, o que sugere, a depender de investigação apropriada, que a entidade possa estar violando um dos princípios que o ECA impõe às entidades que realizam programas de institucionalização de crianças e adolescentes, qual seja:

- (A) a preservação dos vínculos familiares;
- (B) a participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- (C) o respeito à condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direito;
- (D) a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- (E) a participação na vida familiar e comunitária, sem discriminação.

Realização

